



AÇÃO LOCAL, AÇÃO NOS BAIRROS

OS DESAFIOS DA CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL E SEUS EFEITOS JUNTO ÀS COMUNIDADES: O caso da Capela de Nossa Senhora da Glória em Ressaca- MG

SOARES, Valessa Costa (1);CALVO, Júlia (2)

(1) Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais
PUC Minas – IEC/Pós-graduação lato sensu Departamento de História
valessacostasoaes@gmail.com

(2) Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais
PUC Minas – IEC/Pós-graduação lato sensu Departamento de História
juliacalvo1@gmail.com

RESUMO

Este trabalho objetivou analisar a compreensão que os moradores da comunidade da Ressaca, no Município de Carandaí em Minas Gerais, possuem sobre o projeto de conservação e restauração da Capela de Nossa Senhora da Glória. Para tanto, investigamos o dossiê de tombamento da capela, buscamos pensar a consolidação de diretrizes de uma prática de proteção eficiente. Analisamos o patrimônio cultural dentro de sua amplitude, nas suas transformações, aplicabilidades e legitimidade. Trazendo para o debate o olhar da comunidade da Ressaca, com suas táticas comportamentais de reforço à proteção e conservação da Capela de Nossa Senhora da Glória, no que se refere ao seu registro, tombamento, seus (re) usos sociais, e cuidados mais específicos, como no caso das restaurações. Nossas análises mostraram a importância da participação das comunidades em todos os processos de conservação de um bem patrimonial, chamando a atenção para a relevância de práticas institucionais responsáveis, aliadas à preservação dos aspectos materiais, históricos, formais, e simbólicos dos monumentos.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Tombamento. Conservação. Restauração. Comunidade.

INTRODUÇÃO

A notícia da descoberta do ouro, no século XVIII, trouxe para a região das Minas, uma multidão de pessoas em busca do metal precioso e de bons negócios, proporcionando uma rápida ocupação da região e o surgimento de várias roças, arraiais e vilas. No contexto de evidente desenvolvimento e com a necessidade de abastecimento das áreas auríferas surge em 1701-1702 o “Caminho Novo”, trecho de estrada que ligava o porto do Rio de Janeiro às Minas e que possibilitou a diminuição do tempo de viagem entre as regiões de exploração e escoamento. A necessidade de segurança na circulação das mercadorias levou à ocupação das margens do Caminho Novo e ao desenvolvimento de roças onde, inicialmente, tropeiros e diligências que se dirigiam às Comarcas de Ouro Preto e Rio das Mortes paravam buscando hospedagem e alimentação.

Concomitante ao processo de povoamento veio à obrigação de se estabelecer os princípios religiosos e, com isto a necessidade de construção de espaços para o fortalecimento da fé católica nas regiões das minas. Neste cenário, em 07 de janeiro de 1736, a provisão ordinária autorizou a construção da Capela de Nossa Senhora da Glória, no povoado da Ressaca, região que pertencia à chamada freguesia dos Prados, ligada a Vila de São José Del Rey, hoje município de Tiradentes (IEPHA, 2014, p.213).

A partir da primeira metade do século XX o povoado da Ressaca tornou-se distrito de Carandaí, e mais tarde subdistrito, mantendo preservadas desde seu processo de fundação, as suas características agrícolas e uma inabalada devoção em Nossa Senhora da Glória. Desta forma a transformação da Capela de Nossa Senhora da Glória em patrimônio cultural e a relação da comunidade com a mesma é trazida aqui como objeto central de estudo.

A importância da Capela para a comunidade e para a população de Carandaí garantiu seu tombamento em nível municipal através do Decreto nº. 2.050 de 2006 e em nível estadual pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP), em 10 de dezembro de 2008 (Foto 1). De acordo com o Processo de tombamento estadual “a igreja erguida em 1736, com estrutura em madeira, foi reconstruída nas últimas décadas do século XVIII em pedra e guarda um importante conjunto de bens móveis e integrados, notável, por exemplo, na talha joanina do altar-mor”, assim como possui “indiscutível valor artístico, caracterizado pela unidade, harmonia e expressividade, e por manter preservados registros evidentes da transição estética entre o rococó e o neoclássico” (IEPHA, 2014, p.213).



Fig. 2 – Fachada principal, lateral esquerda e ao fundo o cemitério.



Fig. 3 – Fachada posterior e lateral direita.

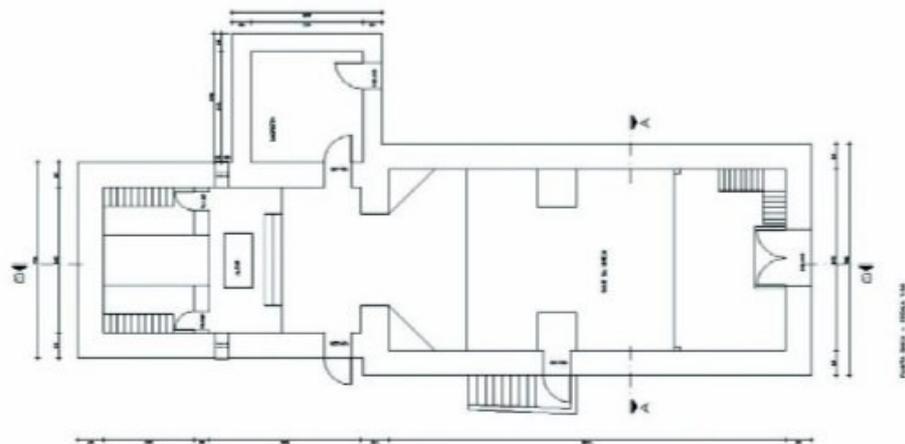


Fig. 4 – Planta baixa.



Fig. 5 – Fachada principal.

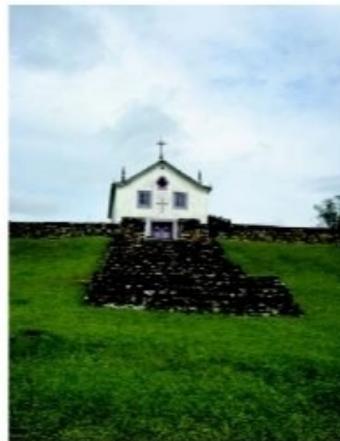


Fig. 6 – Escada em pedras fycesso principal.

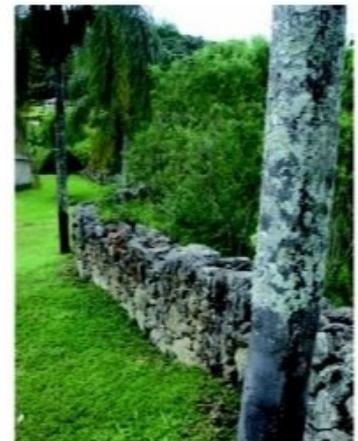


Fig. 7 – Entorno com muros em pedras.

Foto 1: Capela de Nossa Senhora da Gloria na comunidade da Ressaca, Carandá- MG. Perímetro de tombamento em <http://iepha.mg.gov.br/index.php/publicacoes/guia-dos-bens-tombados/Publication/7-Guia-dos-Bens-Tombados-Volume-2>

Atualmente, devido seu significado inerente de pertencimento a uma linguagem arquitetônica e artística específica de um tempo passado, a Capela pode ser entendida como um documento histórico. Todavia, também pode ser pensada dentro do seu caráter de patrimônio cultural diante de sua definição simbólica, visto que guarda elementos capazes

de ativar a memória afetiva permitindo que os habitantes da comunidade da Ressaca se identifiquem em suas continuidades e discontinuidades.

Neste contexto o tombamento pode ser entendido como “rito institucional” (BOURDIEU, 1998), pois institucionaliza o bem cultural escolhido à condição de patrimônio cultural. Ou seja, instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito ou um dever ser. Para o sociólogo o rito institucional faz o sujeito ver o que ele é ao mesmo tempo que tem que se comportar em função de tal identidade, assim, “instituir, dar uma definição social, uma identidade, é também impor limites” (BOURDIEU, 1998, p.100).

O tombamento, como instrumento de proteção, possui a competência institucionalizada de impor “direitos de ser”, na mesma medida que impõe o “dever ser” (BOURDIEU, 1998). Nesta percepção está inserido como responsabilidade dos órgãos direcionados às políticas de patrimônio o estabelecimento dos valores e suas disputas. Se considerarmos que são os órgãos públicos quem definem a legitimidade e importância que um bem possui, é primordial questionar o posicionamento da sociedade diante da ação de esquecimento das outras formas de interpretação e apreensão das características simbólicas arraigadas ao bem.

Pensando nessas questões e partindo de uma inquietação desenvolvida durante a experiência de trabalhando como Técnica em Restauração de uma das autoras do artigo surge à necessidade de propor uma discussão sobre a produção de projetos de conservação dos bens patrimonializados. Da mesma forma a escolha da Capela de Nossa Senhora da Glória, como objeto de estudo, está ligada ao envolvimento direto dessa autora junto ao povoado da Ressaca. Esta relação foi criada durante os anos de 2015 e 2016 em que fez parte da equipe que trabalhou na restauração dos elementos artísticos da capela. Neste período viveu cotidianamente com os moradores da comunidade, observando seus hábitos, costumes e escutando suas histórias de interação com o patrimônio tombado.

Ao analisar o projeto de tombamento e a proposta de conservação da Capela de Nossa Senhora da Glória em Ressaca, entre os anos de 2008 a 2018, desde o ponto de vista dos moradores do povoado da Ressaca, surgem algumas questões quanto à sua institucionalização ritualizada. O intuito é abrir caminho para integrar a problemática do patrimônio cultural às ações desenvolvida pelos sujeitos com quem, ou para quem, se preserva e assim compreender os sentidos por eles atribuídos ao bem e o modo como se apropriam e fazem uso do conceito de patrimônio cultural. Portanto, percebe-se a validade do uso dos testemunhos orais para a pesquisa, na medida em que se entende que a identidade (individual e/ou coletiva) é elaborada de forma dinâmica. A construção que o indivíduo faz de seu passado baseia-se nas experiências guardadas por sua memória.

Assim para este trabalho a metodologia da história oral foi de grande relevância. Foram realizadas três visitas a Comunidade da Ressaca visando esclarecimentos sobre o projeto e a realização de entrevistas com os moradores locais. Todas as entrevistas ocorreram em locais escolhidos pelos entrevistados e foram filmadas e gravadas, com a devida autorização prévia.

Os processos históricos, bem com as trajetórias de vida e os sentidos e valores sociais que estão contidos nas descrições e discursos dos moradores foram analisados tendo o corpo teórico como base. Da mesma forma, a confirmação dos relatos foi feita a partir da comparação com fontes documentais pesquisadas junto a Prefeitura Municipal de Carandaí e com documentos produzidos para o dossiê de tombamento, que se encontram na biblioteca do IEPHA/MG.

O cuidado com a coisa de valor e a memória instituída.

A Capela de Nossa Senhora da Glória datada do ano de 1736, teve como primeiro passo para sua preservação o tombamento em nível municipal em 2006, seguido do seu Tombamento estadual em 2008. Entretanto, os relatos trazidos pelos moradores da região demonstram que a proteção do bem antecede em muito a datação formal institucionalizada.

Partindo da pesquisa com os moradores da comunidade da Ressaca, nota-se a grande preocupação com o estado de conservação da Capela. A fala dos moradores nos apontou a forma de organização que eles possuem para o cuidado com a igreja. Uma tradição passada de família para família, de geração para geração, um hábito adquirido anterior ao tombamento.

Então os nossos pais, os nossos avós sempre passaram a importância de estar cuidando da Igreja. Quando começa a festa [refere-se a Festa de Nossa Senhora da Glória] aqui, antes do primeiro dia da novena, tem um mutirão de pessoas que vem aqui dá uma limpeza maior na igreja. Tem [também] o processo de limpeza toda semana. E essa é a preocupação. Tem que abrir a igreja para correr um pouco de ar, porque aqui fica muito fechado, sozinho, durante a semana (...)
... talvez até para uma criança brincar e acaba empurrando uma pedra do muro aí sempre tem um pai [dizendo]: olha não empurra isso daí não, isso daí foi importante para a nossa história. Sempre tem isso, desde de criança que a gente aprende isso... (Depoimento entrevistado E, 2018).

Observa-se que a preocupação com a manutenção da igreja é constante, fazendo parte da rotina da comunidade. Tal rotina de organização não se restringe a limpeza da parte interna da capela e dos ornamentos clericais mas abrange também a conservação da estrutura física da igreja e todo o entorno que consta dentro do perímetro de tombamento que inclui a capela, o cemitério, o sino, o muro de pedra, o gramado e a escadaria. Tal ação exige da comunidade uma orientação de trabalho, uma divisão de tarefas organizada pelo próprio povoado. Esse não é um hábito atual, existiam coordenações anteriores e chama

atenção o cuidado extra que a comunidade promove durante os festejos, em comemoração à padroeira da Ressaca, a Festa de Nossa Senhora da Glória, realizada em agosto. O número de visitantes aumenta nesse período e a presença de pessoas de outras comunidades gera uma preocupação redobrada com a segurança da Capela e da Imagem de Nossa Senhora da Glória, pois essa segurança é pensada e feita pelos próprios moradores do povoado, assim como toda a organização do festejo:

...sempre teve uma coordenação, cada um no seu tempo. Na minha coordenação a gente começou a unir com as comunidade, uma comunidade visitando a outra, na época das festas [festas das padroeiras das regiões] né. Isso desenvolveu muito as comunidades uma aprendeu com a outra (...). Nas festas nós preocupava mais. **Eu e meu filho nós vigiava a igreja lá, na novena, nós dormia lá para tomar conta da imagem.** ISSO É MAIS RECENTE DE UNS 20 ANOS ATRÁS PARA CÁ (Depoimento entrevistado B, 2018).

São variados os depoimentos que demonstram a preocupação da comunidade com a conservação da capela. Um evento foi bastante significativo para a população, nos sendo relatado várias vezes. Tal refere-se à reforma do telhado da capela e da sacristia, que era uma solicitação importante da comunidade junto a prefeitura de Carandaí, pois as infiltrações provocadas pelas chuvas estavam danificando o forro em madeira, gerando perda na pintura do forro, assim como do altar principal. Descrevem assim:

...tava vazando muita água, tava assim tendo infiltração de chuva né! Ai a comunidade ajudou (...) me parece que a prefeitura também ajudou, e eles tiraram o telhado todo. Trocaram a madeira e colocou telhas nova. *O que eu sei é que a comunidade viu que precisava de arrumar, o pessoal uniu e fez essa troca*(Depoimento entrevistado C, 2018, grifo nosso).

Pode-se inferir a existência de certa autonomia da população da Ressaca à prefeitura de Carandaí no referente a determinados trâmites da burocracia administrativa. Ou seja, os habitantes conseguem, partindo da própria organização, arrecadar fundos para pequenas reformas, consertos ou reparos na Capela. Seguindo essa linha de pensamento encontramos nos documentos pesquisados junto ao acervo documental da Prefeitura de Carandaí o projeto proposto para a restauração da capela, entregue ao Fundo Estadual de Cultura, em 2008. Nesse documento, produzido pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico Cultural de Carandaí, consta a descrição sobre a situação de preservação da capela em Ressaca.

Observou-se na documentação que o empenho maior da prefeitura com a preservação da igreja coincide com o período de seu tombamento de 2006 a 2008. Entretanto as intervenções promovidas pela própria comunidade precedem os tombamentos sendo constantes e estando introjetadas nos indivíduos da região, de forma rotineira.

As transformações ocorridas no patrimônio e as mudanças na forma de cuidar.

Apesar do comprometimento da comunidade com o cuidado da capela houve pouco envolvimento da mesma no processo do tombamento da igreja. Poucos conseguiram compreender, na época, o projeto de preservação pensado pela prefeitura que abarcava além do tombamento, o projeto para uma possível restauração da Capela. A ideia inicial de promoção da valorização do patrimônio cultural dentro das características de valores históricos, artístico/ arquitetônico e de lugar de símbolo religioso (IEPHA/MG, 2008, p.88) foi absorvida apenas superficialmente pelos moradores. A entrevistada A, quando perguntada sobre esse momento disse “sei lá é igual eu te falei, parece que esse povo não ligava né! Achava que era só a igreja mesmo”..

Todos os entrevistados ao serem questionados sobre a primeira impressão do tombamento relacionaram a palavra com a ação de derrubar a capela. Diziam assim:

... até que nós ficamos com medo né? Porque a gente não tava, assim, informado, então quando falou assim Tombamento teve gente que achou que ia tombar a igreja mesmo, brincadeira, na base da brincadeira né? Mais assim logo a gente pensou assim: uma igreja tombada o que que pode acontecer? Porque a gente vai lá em Ouro Preto, por exemplo, as igrejas estão fechadas. Fechada que eu digo assim para celebração, lá é só visitação ai nós ficamos com medo de fecha nossa igreja para as celebrações e ser só um ponto turístico. A gente não incomoda que (...) ela é bonita, ela precisa ser visita e tudo, mas A GENTE QUER A CELEBRAÇÃO (Depoimento entrevistado C, 2018)

Observa-se também a preocupação do entrevistado C com a permanência do uso religioso da capela, apontando sua insatisfação com um possível uso, para fins somente turísticos. Botelho (2006) nos chama atenção para o fato de que, desde 1996, o IEPHA/MG passou a “fixar formas de atuação dos municípios quanto ao patrimônio cultural por meio de Resoluções e de Deliberações Normativas anuais” (BOTELHO, 2006, p.481), que objetivaram transformar a política de patrimônio, ainda sustentada no tombamento, “em caminho para a gestão urbana”. Segundo o autor a instituição fortalecia nos municípios a ideia do retorno econômico que esses poderiam vir a ter com “as políticas de preservação do patrimônio arquitetônico, escorados, sobretudo nos possíveis ganhos com o turismo” (BOTELHO, 2006, p.482). Tal política teria sido absorvida, também, pelas pequenas cidades mineiras.

Dentro das Diretrizes de Intervenção encontradas no dossiê para o perímetro de tombamento, que objetivam a salvaguarda da capela em toda sua integridade física, ambiental e cultural, dois itens nos chamaram a atenção ao se relacionarem com as reflexões trazidas por Botelho (2006). As diretrizes 8 e 9 trazem a possibilidade do aparecimento de novos usos para a capela ou a modificação de seu uso tradicional, assim

como relaciona tais modificações a ação do turismo. Partindo disso propõem: “Se, os novos usos forem voltados para a atividade turística, a adaptação deve ser precedida de estudos que comprovem que tal substituição *não acarretará na descaracterização das estruturas espaciais do bem tombado*”. (IEPHA/MG, 2008, p.65).

Portanto, pode-se pensar que a preocupação do entrevistado citada, tinha sua razão de existir, já que a proximidade geográfica, da região de Ressaca, com núcleos de grande representatividade no que diz respeito ao conjunto urbano tombado, como São João Del Rei, Tiradentes, Mariana, colocavam os moradores em contato com exemplos, que na visão deles, não deveriam ser seguidos.

Contudo, as discussões que se seguiram sobre o tombamento foi desenvolvendo na Comunidade o entendimento de que a ação seria uma coisa “importante”, mas que eles não sabiam definir direito o que isso significaria. É pertinente ressaltar que grande parte das informações sobre o processo eram transmitidas durante as celebrações e missas, pois esses são os momentos em que a comunidade se reúne. Os depoentes relatam:

Ai ele fazia o culto e passava tudo pra gente, inclusive eles fizeram lá um trabalho muito bonito sobre tudo da igreja sabe, um livro [dossiê], e ele levou para lá para nós vê, deixou trazer para casa, cada dia um levava pra casa pra olha. COISA MUITO BONITA (Depoimento entrevistado C, 2018).

A prefeitura também participou desse processo. Foram feitas visitas da encarregada do Patrimônio Histórico no Departamento de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, da época à comunidade, no entanto essas visitas não geravam muita mobilização por parte da população no geral. Entende-se que a principal forma de atualização dos moradores da região, sobre o andamento do processo ocorreu, essencialmente, através das informações repassadas pelo membro da comunidade que fazia parte do Conselho de Patrimônio Cultural da prefeitura. Ele trazia as informações discutidas durante as reuniões, da mesma forma que repassava as explicações dos conceitos e valores que abarcaram o registro do bem.

O tombamento da capela de Nossa Senhora da Glória foi importante para a prefeitura de Carandaí, visto que houve um aumento considerável do valor da arrecadação através do repasse do benefício do ICMS Patrimônio cultural (IMRS, 2018). Por outro lado a comunidade da Ressaca, viu seu bem cultural ser valorizado. Valor esse que dentro da concepção do povoado, ao reunir a história da capela a partir da pesquisa feita para a construção do dossiê e sua produção documental, reuniu- também a história da região, uma história que deve ser transmitida para as gerações futuras. O conselheiro quando perguntado sobre a importância do tombamento, relata seu entendimento apontando para a importância de se ter um registro documental organizado:

Não é um valor totalmente falando em dinheiro não (...) é um valor histórico, para gente que tá ai hoje e para os netos futuro que vem né! Para dar continuidade ao nosso trabalho, porque antes de mim tinha outras pessoas

trabalharam. Não tanto igual a gente porque eles não deixaram nada escrito, não deixou nada discriminado né [refere-se ao dossiê], DEU UM TRABALHO MUITO GRANDE PARA PODER CONSEGUIR JUNTAR AS PEÇAS. Agora a gente fazendo esse trabalho os futuro vai ter mais facilidade de dar continuidade a esse trabalho né! (Depoimento entrevistado B, 2018).

Dessa forma, na formulação para o registro de tombamento verificaram-se as novas condições de guarda que o patrimônio cultural passaria a estar submetido, pois a partir do momento que é tombado passa a ser regulado pelas regras de preservação impostas pelo Decreto-Lei 25/1937, aos bens patrimonializados. O bem cultural tombado é regido por regras rígidas de controle de ações propostas para ele, exigindo fiscalização constante dos órgãos do governo, estadual e municipal. A quem cabe a responsabilidade de sua guarda e conservação a lei é clara nos limites colocados para as intervenções, assim como, nas recomendações de uso e manutenção.

Tal regimentação limita algumas das ações promovidas pela comunidade no cuidado com a capela. Das recomendações propostas algumas afetariam diretamente a rotina de cuidados desenvolvida pela comunidade, dentre elas destacamos a forma como estes faziam a ornamentação da igreja para as missas e celebrações e a forma como limpavam os altares, suas imagens e a própria igreja. As orientações passadas aos moradores geraram algumas mudanças de hábitos, porém não de forma consistente, como observado nesta fala.

... a gente não podia mais cola nada, pregar nada! Assim a gente foi modificando mas, mesmo assim (...) pregava umas coisinhas lá né (...) Então! (...) Talvez por desinformação né? O caso também da gente lavar a igreja, a gente fazia isso, mas diz que não pode, né? A gente lavava uma vez só por ano, mais lavava. Mas diz que não pode! (Depoimento entrevistado C, 2018).

Podemos inferir que o tombamento foi entendido de forma difusa pelos moradores, com muitas dúvidas sobre suas orientações e algumas preocupações principalmente no uso que a capela viria a ter. No entanto, o projeto de restauração dos elementos artísticos integrados a capela, realizado entre os anos de 2015 a 2018, foi recebido com atenção e alívio. Atenção porque, como observado nas falas anteriores, eles entendiam que determinados procedimentos não poderiam mais ser feitos. Porém eles ainda não haviam absorvido as informações de forma que efetivamente colocassem em prática. E alívio por perceberem que se eles não poderiam mais interferir no bem da mesma forma, esse cuidado teria que ser feito por pessoas com conhecimento na área. A depoente C coloca esse ponto de vista da seguinte forma:

Restaurar a igreja é uma preocupação nossa de muito tempo. A gente vê que ela vai só (...) só acabando né! As coisas assim só estragando! *Era uma preocupação nossa e uma coisa que a gente não podia fazer, porque no passado alguém tentou fazer e acabou mais com ela, NÃO FOI?* Passou tinta encima. Então isso a gente não queria. (Depoimento entrevistado C, 2018, grifo nosso).

As diretrizes para intervenção na capela, trazidos pelo seu tombamento, impulsionaram a mobilização dos agentes da prefeitura na formulação de um projeto para captação do financiamento para a restauração da Capela. De acordo com o documento entregue a Secretaria de Estado de Cultura pretendia-se fazer um “resgate da história, política, econômica, religiosa e simbólica restaurando os elementos artísticos da capela”¹ o que potencializaria essa como atrativo turístico, no trecho da Estrada Real.

Esse procedimento moroso gerou uma expectativa muito grande nos moradores, pois entre a formulação do projeto e a liberação da verba para o início das obras passaram-se oito anos. Neste período algumas intervenções para sua conservação foram feitas por técnicos do IEPHA/MG como a “higienização e imunização dos altares colaterais e arco do cruzeiro” assim como a retirada do “acumulo excessivo de sujidades, entulho, excrementos de aves e insetos”². Mas o que se percebe é que a comunidade queria e cobrava a restauração dos elementos artísticos.

Diante da possível liberação da verba para a restauração, uma preocupação surgiu. Onde seriam realizadas as missas e celebrações quando a igreja estivesse fechada para as obras de restauro? Tal questão mobilizou a comunidade que com recursos próprios e sem a participação da prefeitura ou da arquidiocese pensou um espaço e construiu de forma coletiva e participativa, em um terreno próximo ao da capela, um salão comunitário para receber os fiéis durante as celebrações.

Pode-se inferir partindo de tal postura a importância da restauração para os membros da comunidade, mesmo sem compreender o que seria restaurar, associando o trabalho muitas vezes a uma reforma ou tratando de modo simples uma ação que em grande parte é bem complexa, a comunidade no geral enxergou com orgulho a restauração. Disse assim a entrevistada A “/.../ há a gente tem uma ideia, que é pô aquelas pinturas mais visível né /.../” (Depoimento dado pelo entrevistado A, 2018).

De acordo com Beatriz M. Kuhl (2006) o princípio da restauração está ligado ao seu dever de preservar e “facilitar a leitura dos aspectos estéticos e históricos do monumento, sem prejudicar o seu valor como documento e sem eliminar de forma indistinta as marcas da passagem do tempo na obra” (KUHL, 2006, p. 33). Assim visa manter a integridade do bem cultural, na sua totalidade – material e conceitual-, para que sua capacidade de transmitir informações possa se manter intacta para as gerações futuras. Tais princípios foram

¹ Projeto de Restauração dos Elementos Artísticos e Integrados da Capela de Nossa Senhora da Glória apresentado ao Fundo Estadual de Cultura do Estado de Minas Gerais em 2008. Documentação consultada no arquivo do Departamento de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo da Prefeitura de Carandaí.

² Nota técnica do IPHAN para os reparos na Capela de Nossa Senhora da Glória de 2010. Documentação consultada no arquivo do Departamento de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo da Prefeitura de Carandaí.

captados pelos moradores de Ressaca, pois questionados sobre a importância da restauração eles conseguiram de forma simples descrever a relevância histórica, estética e de memória da Capela.

/.../ inclusive é o que a gente fala, nós temos que cuidar por que se não, nossos bisnetos eles não vão ver coisas tão bonitas, por isso a importância da restauração. Para nós é por causa disso. É que nós vamos deixar para os nossos bisnetos, nossos tataranetos uma coisa muito bonita, alguém cuidou nós temos que continuar cuidando (...) Para sempre! Para ficar para sempre. (Depoimento entrevistado C, 2018).

Ela traz muito significado para nós né, então é algo que a gente vê e se sente importante, a gente percebe que as nossas histórias, toda a história do nosso povo aqui também está sendo restaurada. Porque agora a gente consegue ver com detalhes o bem da nossa comunidade. Através das pinturas, nós observamos tudo aquilo que existe na nossa comunidade que a gente não conseguia observar, porque estava tudo tampado (Depoimento entrevistado E, 2018).

Iniciado o trabalho de restauração, a equipe formada para a execução do projeto, passou a conviver diretamente com a comunidade, visto que os técnicos e restauradores ficaram hospedados nas casas dos moradores, devido à distância de Ressaca para Carandaí os moradores alugaram suas casas para alojar a equipe. Ou seja, moradia, alimentação tudo era fornecido pela comunidade em parceria com a empresa contratada para prestação do serviço. Nessa convivência diária a equipe percebeu a curiosidade da comunidade com o trabalho, a surpresa com cada novo elemento artístico descoberto e o entusiasmo de perceber que a igreja estava ficando diferente. Onde havia uma pintura branca plana, sem contornos ou profundidade, agora via-se vermelho, azul, verde, dourado e todas as técnicas da pintura artística característica do século XVIII (Foto 2).



Foto 2: Altar mor da Capela de Nossa Senhora da Gloria em Ressaca. Antes (esquerda) e depois (direita) da restauração, ver <https://www.facebook.com/igrejadenossasenhoradagloriacarandai>

A participação da comunidade no trabalho também foi de grande importância, pois se juntaram à equipe dois moradores da região que puderam ver de perto as dificuldades, a responsabilidade e a delicadeza das intervenções propostas ao bem. Também perceberam que uma conservação praticada de forma errônea pode danificar de modo, muitas vezes, irreversível o patrimônio cultural. Essa relação direta facilitou o entendimento do restante da comunidade sobre o processo de restauração, na medida em que o aprendizado adquirido circulava nas rodas de conversa, entre os moradores e a equipe de restauração, e mesmo entre os próprios moradores e durante as reuniões no salão paroquial.

O interesse da comunidade e a relação mais próxima com a equipe gerou uma melhor compreensão da forma mais adequada de se conservar um monumento, mudando também as referências de valor. Aos poucos os moradores foram percebendo a importância de uma higienização cuidadosa, os perigos do excesso de umidade, ou a possibilidade de descaracterização dos elementos artísticos ao fixar muitos pregos ou tachinhas. Mas também aguçou o valor que Meneses (2012) chamou de “valores formais”, ou seja, os novos atributos do bem gerou uma “apreensão mais profunda”, induzindo a “produção e a transmissão mais ampla de sentidos – alimentados pela memória, convenções e outras experiências” qualificando, portanto, a consciência de si e o agir do indivíduo. (MENESES, 2012, p.36).

Assim, ao questionar os moradores sobre os novos cuidados com a capela todos foram unânimes em descrever as mudanças nos comportamentos.

Agora dá mais valor, só no cuidado dela lá né! Não pode fazer muita lavagem (...) mudou o jeito de cuidar. Valorizar mais né! /.../ Igual antigamente ninguém não ligava(...) igual fazia faxina, jogava água né, passava vassoura lá. Agora já não pode fazer isso né! (Depoimento entrevistado A, 2018)

Quando o padre foi abrir a igreja, o pessoal tava limpando, tava fazendo a limpeza de um jeito, ai até o seu Jorge³ falou QUE NÃO, QUE NÃO. É que antigamente o povo pegava era MANGUEIRA DE MOTOR para lavar, o povo não tinha o cuidado que tem hoje. Agora não, agora mudou totalmente, AGORA É PANO SECO! (Depoimento entrevistado D, 2018) .

De minha parte principalmente, agora na hora de colocar a mão assim eu tenho que pensar assim: eu preciso mesmo coloca a mão ali? Não tem necessidade, então agora é diferente! Mudou o jeito da gente cuidar, ATÉ DA GENTE PENSAR! (Depoimento entrevistado C, 2018).

Mesmo sendo apenas a substância física da matéria o que é restaurado, outras mudanças acontecem com o bem. A partir do momento que ocorre a transformação da

³Substituímos o nome verdadeiro, citado pelo depoente, por um fictício.

imagem anterior e uma renovada imagem aparece e essa entra em contato com a população, a relação e a percepção da população também muda. Partindo dessa experiência, Kuhl (2006) afirma que tratando-se de intervenções em bens culturais “qualquer ação, por mais restrita que seja, até mesmo obras de manutenção ou uma limpeza, controlada e limitada, gera mudanças na leitura da obra” (KUHHL, 2006, p.32), implicando modificações. Restaurar, portanto, pode ser pensado como uma ação interventiva que visa recolocar o bem patrimonial no tempo presente através da recuperação de suas próprias perdas, um “processo de re-significação e daí uma re-criação que se faz sobre a matéria que conseguiu sobreviver ao tempo” (CARSALADE, 2011, p.6).

Para Carsalade (2011) é importante pensar que ao se preservar, restaurar um patrimônio cultural, nós guardamos a capacidade que este tem de nos “atrair e possibilitar uma elaboração sobre ele”, contrariando a ideia de imutabilidade, que reduz seus significados ou sua complexidade. Da mesma forma, “a capacidade de mudança do bem, mantendo o equilíbrio dos modos pessoal e impessoal, dentro da dinâmica do tempo e da cultura”, nos possibilita refletir sobre a constante transformação da identidade. A abertura de significados que o patrimônio cultural restaurado “fixou” na matéria reforça as suas dimensões material e imaterial, já que a modificação estética ocasiona uma mudança comportamental, a interação reflexiva com o fruidor, possibilita uma “consciência histórica ou artística”, ou serve como “estímulo à sua compreensão pessoal” (CARSALADE. 2011, p.6).



12º Mestres e Conselheiros: patrimônio como ação local
Evento online - 24 a 29/05/2021

Foto 3: Celebração de Nossa Senho da Glória em Ressaca-MG. In <https://www.facebook.com/igrejadenossasenhoadagloriacarandai>

Foi muito significativo para este trabalho escutar as falas dos moradores da comunidade da Ressaca e perceber a convergência com as leituras aqui discutidas. Quando perguntados sobre o papel da restauração na compreensão do significado de patrimônio cultural, a elaboração trazida na fala do moradores enriqueceu exatamente a percepção de que as transformações ocorridas não congelaram o bem, mas os permitiram reelaborar sentimentos e valores.

./.../ porque que tudo acabou e a igreja ficou em pé? Então é um patrimônio (...) as outras tudo enquanto era fazenda que tinha por aqui, (...) tudo acabou e a igreja ficou em pé com a gente. ELA É O NOSSO PATRIMÔNIO MESMO!! (...)

(...)É uma maravilha poder é reconhecer que na nossa comunidade tem uma igreja tão bonita que a gente chama de PATRIMÔNIO!! Quando a gente fala patrimônio, NÃO TOCA NÃO!! É NOSSO!! [risos] (Depoimento entrevistado C, 2018).

... se tratando de patrimônio não pertence (...) só (...) a Ressaca, mas ela tem uma ligação como a cultura nacional./.../ quando eu visito um trabalho assim bem feito [trabalho de restauração], igual eu visitei lá na Bahia, lá em Congonhas eu me admiro muito aquele trabalho que foi feito lá né, então pelo que eu admiro outras pessoas também, tenho certeza que se justifica [identificar] com o trabalho (Depoimento entrevistado B, 2018).

Diz muito sobre a cultura local né, então patrimônio é algo para nós dessa comunidade (...) por que é muito mais do que religioso, tem pessoas, até da comunidade, que não tem muita relação com a igreja, mas sabe da importância dela e se preocupa com ela. Então eu percebo que é muito mais do que religioso, do que um bem religioso, porque isso daqui traz toda a história e a cultura da nossa região, do nosso povo aqui (...) [patrimônio] é aquilo que diz algo sobre um povo, é aquilo que representa um povo (Depoimento entrevistado E, 2018)

Observamos que a comunidade da Ressaca conseguiu conceber sentidos de extrema relevância para a conservação da capela, ideias de pertencimento, de continuidade, de lugar de história e cultura, de identidade. A matriz dos sentidos, significações e valores não está nas coisas em si, mas nas práticas sociais. A percepção tanto da memória como do esquecimento são produtos sociais. Portanto, ao assumir funções de mediação as instituições públicas devem, mais do que propriamente determinar valores a priori, criar espaços de aprendizagem e interação que facilitem a mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio.

A restauração pode ter contribuído para uma compreensão mais profunda do sentido de preservação. No entanto, o projeto da Capela, em Ressaca, já foi encerrado, tornando-se fundamental pensar novas políticas de conservação que incluam planos pedagógico de educação patrimonial. Observa-se nas falas dos moradores a constante preocupação com a transferência de conhecimento e da própria capela para as gerações futuras, tais ações só

se perpetuaram com o entendimento da importância, não só da Capela de Nossa Senhora da Glória para a comunidade da Ressaca, mas também com o reforço da prática de cuidado desenvolvida pela comunidade para com a igreja. Claro que observando todas as técnicas corretas de conservação e restauro para o bem. A relação de respeito criada entre a comunidade e seu bem é que permitirá sua sobrevivência para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.shtm>. Acesso em junho de 2019.

_____. *Decreto-lei n° 25*, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>. Acesso em junho de 2019

BOTELHO, Tarcísio. Patrimônio cultural e gestão das cidades: uma análise da lei do ICMS cultural de Minas Gerais. **Habitus**, Goiânia, v.4, n.1, p. 471-492, jan/jun. 2006

BOUDIEUR, Pierre. Ritos da instituição. In. **A economia das troca linguísticas: O que fala quer dizer**. SP: Edusp, 1996, p. 97-106.

CARANDAÍ, Prefeitura Municipal. A cidade. 2013. Disponível em <<http://www.carandai.mg.gov.br/cidade/historia>>. Acesso em junho de 2019.

CASTRIOTA, Leornado Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IDES, 2009.

CARSALADE, Flávio de Lemos. A preservação do patrimônio como construção cultural. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 139.03, Vitruvius, dez. 2011 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.139/4166>>.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio**, IPHAN, n.34, 2012, p. 147-165.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IMRS. **Carandaí**. Fundação João Pinheiro, 2018. Disponível em <<http://imrs.fjp.mg.gov.br/Consultas/Resultado>>. Acesso em julho de 2019.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP. Deliberação n°6/2018. Disponível em:

<http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/Deliberacao_Conep_06_2018.pdf>. Acesso em junho de 2019.

_____. **Guia de bens tombados. 2.** ed. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, v.2, 2014.

_____. Pasta I/II do Dossiê de Tombamento da Capela de Nossa Senhora da Glória – Carandaí/MG, Biblioteca, IEPHA/MG, 2008.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. **Revista CPC**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.16-40, 2005.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de, **O Campo do Patrimônio Cultural: Uma Revisão de Premissas.** In. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009, coordenação Weber Sutti. -- Brasília, DF, 2012.

RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Tombamento). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/48/tombamento.pdf\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/48/tombamento.pdf(1).pdf)>. Acesso em junho de 2019.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** 3 ed, RJ. Paz e Terra, 1992.

